



A PRODUÇÃO ESPACIAL DOS PARQUES PÚBLICOS NA CIDADE DE ARACAJU/SE¹⁶

Larissa Prado Rodrigues¹⁷
Email: larissa4912@hotmail.com

Cristiane Alcântara de Jesus Santos¹⁸
Email: cristie09@uol.com.br

RESUMO

Os espaços públicos de lazer e turismo, enquanto espaços urbanos, são submetidos aos inúmeros processos de produção e consumo das cidades pelos agentes sociais, marcados fortemente pela ideologia classista hegemônica do capital que geram diversos impactos econômicos, sociais e ambientais. Neste sentido, diversas complexidades os envolvem considerando que há uma multiplicidade de agentes que designam (contra-)sentidos no âmbito da produção espacial, refletida *a posteriori* nas dinâmicas de consumo. Assim, as estreitas relações entre as formas de lazer e turismo expressas e materializadas no espaço urbano influenciam demasiadamente a organização espacial da cidade, contribuindo para definição tipológica de algumas estruturas espaciais. Partindo dos pressupostos supracitados, o presente artigo tem por objetivo analisar as formas de produção espacial

¹⁶ Artigo resultante do Projeto de Iniciação Científica intitulado “Produção e Consumo nos Espaços Públicos de Lazer e Turismo da Cidade de Aracaju/SE” – PICVOL/UFS.

¹⁷ Universidade Federal de Sergipe/UFS, Bacharelanda em Turismo.

¹⁸ Universidade Federal de Sergipe/UFS, Geógrafa. Mestre em Geografia/UFS. Doutora em Geografia, Planificación Territorial y Gestión Ambiental/Universitat de Barcelona. Professora do Curso de Turismo da UFS.



dos parques públicos tratando empiricamente da cidade de Aracaju, Sergipe. Metodologicamente, a pesquisa está assentada na base quanti-qualitativa que envolveu o levantamento bibliográfico, técnica de observação direta não participante e a pesquisa de campo. Como principais conclusões, analisou-se que o fator localização atrelado aos interesses privados influenciam por completo as formas de produção (e, por conseguinte, do consumo) dos espaços públicos de lazer e turismo na contemporaneidade, em que nuances os distinguem considerando que os processos ocorrem de forma desigual no espaço e no tempo. Deste modo, constatou-se que tais espaços possuem configurações antagônicas e, por vezes, conflituosas, nas quais as inúmeras contradições que podem existir no urbano ligado (in) diretamente à lógica do capital são evidenciadas atreladas também ao lazer e ao turismo na figura dos parques públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Públicos; Produção Espacial; Espaço Urbano.

INTRODUÇÃO

Os parques públicos são espaços de lazeres constituintes da paisagem urbana que se encontram em meio às características e elementos das cidades contemporâneas. Nesses espaços, diversas problemáticas são evidenciadas em decorrência de interesses econômicos privativos que impactam fortemente nos múltiplos aspectos sociais.

Apesar disso, os parques públicos apresentam grande importância social, uma vez que são entendidos como espaços de lazer em meio ao cenário urbano. Estes equipamentos proporcionam àqueles que os visitam a aproximação com a natureza, à prática de atividades físicas e de sociabilização etc., tidos pelos usuários como uma forma eficaz, mesmo que temporária, de fuga dos males da modernidade que assolam os



indivíduos. Concomitantemente, são espaços com grande potencial para as práticas turísticas, tendo em vista que os turistas podem conhecer novos espaços de lazer que caracterizam e revelam aspectos identitários dos destinos turísticos.

Neste sentido, cabe destacar que as questões acerca dos recortes de usos dados aos parques públicos pelos moradores da localidade também são passíveis de discussão, tendo em vista que surge a problemática da apropriação dos espaços públicos de, para e por todos, fator recorrentemente negligenciado em meio às cidades construídas em favor dos interesses do capital, contrariamente aos direitos dos cidadãos. Portanto, a (re) produção espacial atual impacta diretamente nos usos destinados e configurados que perpetuam a injustiça espacial, sendo, deste modo, a produção e consumo indissociáveis, bem como situados em uma relação dialética.

Tendo por base o exposto, torna-se de suma importância analisar as dinâmicas sócio-espaciais dos parques públicos buscando contribuir para a minimização de problemáticas, a fim de que estes possam resultar em espaços públicos, de fato, democráticos, sendo utilizado e apropriado tanto por moradores, quanto por turistas. Além disso, ressaltamos a importância de que os recursos destinados a esses equipamentos sejam distribuídos uniformemente, de acordo com as demandas existentes, visando dirimir privilégios em decorrência de interesses privados que podem gerar e agravar diversas desigualdades e a subutilização de espaços com grande potencial de apropriação para uso em decorrência dos processos de (re) produção extremamente elitistas, discrepantes e excludentes.

Sob essa perspectiva, o presente estudo objetiva analisar, especificamente, as formas de produção do espaço urbano a partir dos parques públicos sob a ótica da realidade da cidade de Aracaju, Sergipe, no qual há de se destacar os



agentes produtores do espaço e seus efeitos no que concerne à (des)(re) organização tangida no plano sócio-espacial. Metodologicamente, a pesquisa está assentada na base quantitativa que envolveu o levantamento bibliográfico, técnica de observação direta não participante e pesquisa de campo realizada nos parques da Cidade, Sementeira e dos Cajueiros localizados na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

Deste modo, o presente artigo está pautado, inicialmente, em discussões acerca da (re) produção espacial urbana destacando aspectos teóricos concernentes aos agentes produtores do espaço, suas peculiaridades e efeitos decorrentes de suas ações; para posteriormente adentrar, especificamente, na produção espacial dos parques públicos direcionando para a realidade da cidade de Aracaju.

A (RE) PRODUÇÃO ESPACIAL URBANA

As tendências privatistas que reforçam valores como a livre-iniciativa, a meritocracia, o individualismo, a acumulação e o consumo desigual estão em constante e crescente efervescência, principalmente nos núcleos urbanos, espaços em que se concentram os interesses do capital sob a égide da lei do livre-mercado, refletindo diretamente na configuração espacial.

Neste contexto, os espaços públicos tornam-se alvo da ideologia classista hegemônica do capital, oriunda de iniciativas privadas, que os transformam através dos processos de produção e consumo, a fim de obter lucro por meio da expansão, da reprodução e acumulação. Em suma, convertem esses espaços em mercadorias que exacerbam a desigualdade e, portanto, geram a (auto) segregação das classes dominadas à mercê das benesses produzidas.

Imersos nas contradições dos espaços públicos urbanos contemporâneos, os parques públicos são



equipamentos que compõem o contexto de produção e consumo capitalista do espaço. Deste modo, são elementos que estão imersos na paisagem urbana, no qual possuem origem na busca e anseio do homem urbano pelo refúgio, pelas características do campo, pelo retorno e (re) encontro com a natureza (GOMES, 2013).

Enquanto espaços públicos de lazer e turismo, os parques públicos das grandes cidades vêm sendo usurpados pelos interesses do capital de diversas formas, refletindo e configurando as dinâmicas de produção e consumo, bem como as relações sócio-espaciais. Nesse sentido, os processos de produção difundidos por esses agentes geram diversas repercussões sociais veladas e ocultas, mas que, inegavelmente e simultaneamente, revelam de forma clara os valores hegemônicos e a classe privilegiada pelas estratégias e ações delineadas. Assim, considerando que os parques são equipamentos que compõem o contexto de produção e consumo do espaço urbano, cabem, inicialmente, discussões acerca deste último, tendo em vista a compreensão das circunstâncias envolta aos parques públicos das cidades.

Para Lefebvre (2008), o fenômeno urbano surpreende dada sua magnitude e complexidade, pois é no espaço urbano que diversas relações espaciais de natureza social ocorrem e são constituídas, tendo como cerne a própria sociedade de classes e os processos concernentes a esta, que envolvem, sobremaneira, os conflitos. Partindo-se desse pressuposto, cabe frisar que o espaço urbano é um reflexo da sociedade e, por isso, revela e ratifica em sua configuração os conflitos e contradições inerentes à lógica capitalista hegemônica, e de mesmo modo, apresenta como característica intrínseca a desigualdade entre os diferentes indivíduos que compõem a dinâmica das cidades.

Diante desse contexto, os espaços urbanos das cidades são resultado, palco, cenário e objeto da luta de classes,



levando-se em consideração os interesses antagônicos existentes entre os indivíduos, na qual de um lado estão aqueles que buscam privilégios direcionando a produção e a reprodução com vistas à acumulação que lhes confere poder; e do lado oposto, os expropriados que demandam (mais) direitos iguais. Em suma, “eis o que é o espaço urbano: fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de luta” (CORRÊA, 2000, p. 9), no qual diversas complexidades o envolvem, dentre as quais o seu modo de produção e reprodução, uma vez que são produtos sociais históricos elaborados por determinados agentes.

Os produtores do espaço urbano são agentes sociais com ou sem capital, formais ou informais que possuem interesse na terra urbana, nas quais grandes tensões entre os mesmos são estabelecidas com maior ou menor intensidade (CORRÊA, 2011). Sob essa perspectiva, Corrêa (2000) destaca entre os principais agentes produtores do espaço urbano capitalista: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Estes atuam ora de modo convergente, ora divergentemente. Entretanto, a lógica predominante, sobretudo aos dotados de maior poder econômico, é sempre a de reforçar a acumulação do capital através da reprodução, a fim de perpetuar privilégios e a lógica dominante. A acumulação do capital, segundo Marx (2013), está no centro das coisas para o crescimento do capitalismo. E que para reforça-la, o sistema do capital cria forças incessantes, dinâmicas, expansíveis e constantes que refletem na modificação do mundo, revolucionando permanentemente o espaço geográfico (HARVEY, 2006).

Logo, a ação desses agentes torna-se complexa, pois são baseadas nas necessidades mutáveis do sistema para garantir a reprodução das relações de produção, bem como



baseada nos conflitos de classe que emergem (CORRÊA, 2000). Através da ação de alguns dos agentes supracitados, o processo de acumulação é mantido, sobretudo, através da apropriação e controle do uso da terra urbana (LEFEBVRE, 1976). Ademais, o espaço urbano é constantemente modificado com vistas a atender aos interesses do capital, levando-se em consideração que “a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1999, p.12), fator que reflete diretamente na (re) produção espacial.

Aqui, dar-se-á ênfase a três agentes modeladores e produtores do espaço urbano capitalista, levando-se em consideração a grande influência destes no processo de produção dos parques públicos, objeto de estudo da presente pesquisa. São eles os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

No que concerne aos promotores imobiliários, observa-se que este setor tem por interesse principal produzir o espaço urbano para torná-lo propriedade privada da classe que dispõe de recursos para o consumo – a demanda solvável. As ações destes agentes se concretizam correlatas ao preço elevado da terra e aos bairros de *status* associados a fácil acessibilidade e eficiência dos equipamentos de suporte aos cidadãos, amenidades e saneamento básico – propiciado, em suma, pelo Estado (CORRÊA, 2000). A partir desse conjunto de fatores a porção do espaço urbano agrega demasiado valor de troca, tornando-se localidades-alvo para a ação de produção dos promotores imobiliários.

Já o Estado apresenta participação na produção do espaço urbano em decorrência da implantação de infraestrutura relacionada aos serviços públicos fornecidos à sociedade civil como calçamento, sistema viário, saneamento



básico, parques, praças, coleta de lixo, etc. Entretanto, a partir das estratégias adotadas pelo Estado no que tange ao planejamento urbano das cidades, observa-se que esse agente atende a uma lógica em seus investimentos para produção do espaço urbano que privilegia determinada classe – a dominante detentora do capital – em meio aos conflitos de interesses dos diferentes indivíduos (CORRÊA, 2000). Desta forma,

O Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente [...] (ENGELS, 1975, p.157).

Por conseguinte, as ações do Estado que são entendidas (inclusive) legalmente como de todos e para todos com vistas ao bem-estar coletivo, em verdade, são meros discursos tecnocráticos, uma vez que a classe dirigente na figura do Estado exerce seu poder em prol dos seus próprios interesses afirmando, por ora, a produção de benevolências para o alcance do “desenvolvimento” – mera ilusão (HARVEY, 2006).

Como impacto dessas ações, o Estado reforça a reprodução da lógica capitalista viabilizando o processo de acumulação, ratificando a segregação através de porções do espaço privilegiadas por políticas públicas, investimentos, etc. que são especuladas pelos promotores imobiliários e tornadas privadas com elevado valor de troca. Gottdiener (1997, p. 131) ao discutir essa ideia afirma que “a hegemonia da classe capitalista é renovada através da segregação espacial e através dos efeitos da força normatizadora da intervenção estatal no espaço”. Assim, o principal resultado desse processo pode ser



vislumbrado nos espaços que se tornam restritos e o acesso aos equipamentos públicos exclusivos à demanda solvável que pode arcar com os custos de moradia (valor de troca dos imóveis, impostos e taxas prediais, entre outros).

Por sua vez, os grupos sociais excluídos produzem o espaço urbano capitalista através dos contra-usos (LEITE, 2007) que dão novos sentidos, significados e símbolos aos equipamentos públicos que não estão previstos pelas ações dos agentes de produção supracitados e/ou indo de encontro aos usos impostos. Isso se dá, pois, dentro do espaço urbano capitalista

O uso não se dará sem conflitos, na medida em que são contraditórios os interesses do capital e da sociedade como um todo; enquanto o primeiro tem por objetivo sua reprodução através do processo de valorização, a sociedade anseia por condições melhores de reprodução da vida em sua dimensão plena (CARLOS, 2008, p.51).

A partir disso, inúmeros conflitos e disputas se estabelecem no espaço urbano, fortalecendo as relações de poder e incentivando, por exemplo, a prática de políticas higienistas advindas do Estado burguês, muito embora os novos significados atribuídos ou contra-sentidos que são distintos dos planejados pelas políticas urbanas, de fato, contribuem para a diversidade dos sentidos existentes no presente dos lugares (LEITE, 2007). Desta forma, corroboramos com os escritos de Lojkine (1997, p. 217) quando este afirma que “se a política urbana capitalista não é uma planificação – no sentido de um domínio real da urbanização – nem por isso deixa de responder a uma lógica: à da segregação social”.



Diante do exposto até o momento, percebe-se que as ações dos agentes produtores do espaço urbano – embora rebatidos através dos contra-usos – reforçam, em diversos momentos, a segregação residencial e sócio-espacial que se caracteriza pela concentração de um determinado grupo de indivíduos que apresentam algum tipo de uniformidade – seja pelo status socioeconômico, etnia, etc. – em algum território com vistas à manutenção de poderes e privilégios seculares (CORREIA, 2000).

Por conseguinte, pode-se auferir que o espaço urbano em meio aos processos de (re) produção é extremamente conflituoso e foge a qualquer perspectiva de harmonia, equilíbrio e igualdade, uma vez que pode se caracterizar como lugar da expressão dos conflitos (LEFEBVRE, 2008). Ademais, a própria produção espacial carrega em seu processo a luta antagônica de classes que envolvem os interesses do capital *versus* o da sociedade. Como resultado, as relações sociais entre os homens do espaço urbano se materializam na propriedade privada que fornece distinção, conferindo-lhes poder, o direito sobre a cidade e a terra (CARLOS, 2008).

Neste sentido, a (des) organização espacial da cidade apresenta como importante função a reprodução das relações sociais de produção, sempre se adaptando estrategicamente para viabilizar o processo, especialmente através da segregação, pois é através das áreas sociais segregadas que a reprodução pode ocorrer (LEFEBVRE, 1976).

OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS PARQUES PÚBLICOS

Conforme destacado anteriormente, a produção e consumo do espaço se expressa pela materialização territorial e as relações sociais inerentes ao processo em que “os novos valores culturais, políticos e ideológicos passam a engendrar as



características de produção e do consumo do espaço hoje” (SANTOS, 2012, p. 283), estando os espaços públicos de lazer e turismo em meio ao urbano e suas contradições, envoltos aos processos supracitados ligados ao reforço da propriedade privada e da expansão da ordem neoliberal. Assim, as formas com as quais o capitalismo e os capitalistas atuam no espaço urbano geram distorções econômicas e espaciais.

Os espaços de lazer, nesse contexto, são apontados por Carlos (1999) como simulações de um espaço novo, simulacros que são consumidos no momento do lazer e turismo, mas que, na verdade, são reduzidos e decorrentes da necessidade de se manter o padrão de acumulação. São mercadorias de uso temporário, levando-se em consideração que são apropriadas no momento do não-trabalho dos indivíduos. O turismo e o lazer apresentam-se como extensão, tendência e estratégia de reprodução, estendendo-se cada vez mais ao espaço global.

Enquanto espaço de lazer imerso nas contradições do espaço urbano e, por conseguinte das cidades, os parques públicos são equipamentos apropriados pela lógica do capital como elemento de valorização da terra para obtenção de renda extra através da exacerbação do valor de troca incorporado ao valor de uso. Como principais impactos das implantações dos espaços de lazer e turismo, a exemplo dos parques públicos, percebe-se a limitação do acesso aos lugares e os novos usos configurados a esses espaços, tendo como resultado final a mudança nas relações entre os cidadãos e a cidade, uma vez que a produção destes possui objetivos classistas e privatistas frente ao coletivo e ao pleno exercício da cidadania. Carlos (1994, p. 24), "se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a



sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir".

Neste sentido, os parques públicos são ferramentas de produção e reprodução espacial do capital, camuflados de espaços verdes que propiciam o encontro com a natureza, com o descanso, etc. através do consumo; mesmo que sejam espaços verdes repletos de deploráveis representações urbanísticas, constituindo um substituto medíocre da natureza, ou seja, simulacros degradados do espaço livre (LEFEBVRE, 2008). Em realidade, vende-se satisfação, geram-se desigualdades, uma vez que a satisfação não é para todos, mas sim para poucos.

Sob as lentes da lógica capitalista, sobretudo frisando a acumulação do capital, os parques públicos tornaram-se justificativa e estratégia da especulação imobiliária para aumento do valor de imóveis nas proximidades desses espaços verdes de encontro à natureza, constituindo os bairros de status (GOMES, 2013). Desta forma, podemos afirmar que, muitos gestores públicos não compreendem a importância dos espaços públicos para a sociedade, uma vez que são espaços garantidos aos cidadãos através da Constituição Federal Brasileira, porém são altamente especulados pelo Estado (ao dotar de infraestrutura) e capital privado, sobretudo, os promotores imobiliários. Devido a essa especulação imobiliária, esses espaços acabam por ter seus usos apropriados por aqueles que residem nas proximidades, ou seja, por classes dotadas de maior poder de compra (e troca), que acabam por possuírem maior acessibilidade.

Por conseguinte, os parques públicos estão, em sua maioria, implantados em locais específicos das cidades e raramente abrangem periferias, subúrbios e locais de população de baixa renda. Os parques públicos inseridos em áreas privilegiadas recebem constantemente assistência do Estado no que concerne a investimentos para manutenção, já



que percebemos a infraestrutura associada à instalação de equipamentos ainda escassos nos espaços públicos das regiões menos valorizadas.

A partir desta lógica torna-se clarividente a tônica de direcionamento dos investimentos públicos, ou seja, é fatídico que existe uma arbitrariedade excludente na produção e organização espacial das cidades para o lazer. Como consequência, a segregação sócio-espacial é gerada juntamente com a ausência do direito ao lazer para os moradores de regiões menos favorecidas. No entanto, a contradição emerge no ponto em que estes moradores contribuem em impostos igualmente e não possuem direito à cidade que “pagam” para morar.

Diante disso, pode-se observar que os parques constituem-se em locais construídos para atender a fins específicos que, nesse sentido, reduz o direito de cidadãos à cidade – já precário e inexistente conforme demonstra a perspectiva lefebvriana ao apresenta-lo enquanto utopia. De fato, averigua-se que os parques públicos são elementos que influenciam na produção do espaço, e por esses processos são influenciados, traduzindo-se os impactos na forma e momento de consumo e nas dinamicidades intrínsecas a estes e às cidades.

No que concerne à cidade de Aracaju/SE, conforme já explicitado anteriormente, a mesma possui três parques públicos, a saber: o Parque da Cidade localizado na zona norte; o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros, ambos localizados na zona sul da cidade. Os mesmos emergiram a partir de intervenções urbanas realizadas na cidade. Embora circunscritos na mesma cidade, os parques possuem distinções dado aos processos de produção dissemelhantes em decorrência dos investimentos altamente desiguais oriundos do setor público fortemente influenciado pelos agentes do capital



privado, possuidores de grandes interesses sobre a terra urbana com vistas à reprodução.

Tornou-se evidente, a partir da observação *in loco*, que os parques públicos localizados na zona sul da cidade – região em que há maior concentração de serviços e residências privadas de alto padrão – são os que mais recebem investimentos e, portanto, são dotados de melhor infraestrutura para os visitantes no que concerne às funções destinadas a esses equipamentos, como prática de atividades físicas, piqueniques etc. Já o Parque da Cidade (mais distante no que concerne aos dois demais parques públicos), está localizado em uma área da cidade de grande carência de serviços públicos de qualidade, onde reside uma parcela da população com menor poder aquisitivo. O parque enfrenta problemas diversos em termos de infraestrutura, o que ocasionou discussões acerca da possibilidade de fechamento para visitação em decorrência da insuficiente destinação de recursos públicos para a sua devida manutenção.

Nota-se que os parques públicos fundados na cidade foram altamente influenciados pelo espaço já produzido no seu entorno, bem como foram responsáveis por delinear, sob o discurso do planejamento neoliberal, morfologias cada vez mais conectadas com os processos de valorização imobiliária dentro do rol das metamorfoses urbanas. Nesse sentido, a produção espacial dos parques públicos advinda da máquina estatal ocorre de modo desleal e desigual considerando que a ideologia hegemônica perpetua os interesses de determinados agentes em detrimento das reais atribuições e funções do Estado, que deveria visar, sobretudo, os desfavorecidos, desprivilegiados, os vulneráveis e marginalizados pela lógica perversa do capital.

Diante desse cenário, faz-se necessário uma crítica ao planejamento tecnocrático realizado pelo Estado e suas formas de reducionismo dos espaços públicos a meros objetos do



mercado, como no caso axiomático do Parque da Sementeira, em que o equipamento é entendido como mercadoria e, portanto, produzido para tal com o objetivo de servir, maiormente, à especulação imobiliária e, conseqüentemente, à lógica do capital.

O Parque da Cidade, apesar de se configurar como um atrativo turístico da cidade de Aracaju e de estar inserido em alguns roteiros turísticos locais, percebe-se que há necessidade de se estabelecer estratégias e ações que visem à melhoria do espaço não somente para os turistas, mas, sobretudo, para o lazer dos residentes. Todavia, há de se destacar que o bairro Industrial, onde está inserido o parque público, e o próprio Parque da Cidade, ainda não são visionados estrategicamente pelos maiores impulsionadores de investimentos públicos no que tange à produção do espaço urbano: os promotores imobiliários, fazendo com que os mesmos permaneçam desmemoriados e postergados pela gestão pública em detrimento dos demais parques acobertados e abarcados pelo mercado imobiliário local.

No que concerne aos promotores imobiliários, estes possuem suas estratégias de especulação com vistas à expansão, reprodução e acumulação do capital a partir da exploração de porções do espaço urbano que são convertidas em mercadoria com exacerbado valor de troca haja vista serem áreas privilegiadas por oferta de infraestrutura e serviços públicos e privados. A produção do espaço realizada por esses agentes é entrelaçada com o suporte do Estado, que prevê ações prioritariamente e de modo direcionado conforme os anseios do capital privado, sobretudo, no caso da cidade de Aracaju, com base nos apelos das construtoras de grandes edifícios para servir de condomínios residenciais, mercado efervescente na localidade.

Deste modo, diante das apropriações realizadas do Parque da Sementeira e, em menor grau do Parque dos



Cajueiros, pelas grandes construtoras com vistas a valorizar os imóveis ofertados no entorno, os promotores imobiliários exercem demasiada pressão para que o Estado invista nestes equipamentos, tanto no que tange à manutenção constante, quanto aos processos de revitalizações. Por conseguinte, os parques públicos valorizados e vislumbrados por tais agentes passam a ser entendidos como extensão e área de lazer semi-privativa dos condomínios localizados ao redor dos mesmos, no qual diversas complexidades os envolvem considerando as dinâmicas de uso, não uso e contra-uso; e os conflitos surgidos a partir dos territórios estabelecidos e delineados no interior desses espaços públicos de lazer a partir da construção das residências nas adjacências, conforme destacam os estudos de Rodrigues e Santos (2016; 2017a; 2017b). Segundo as autoras, esse fator é desencadeado pelas construtoras que, ao ofertar apartamentos nas proximidades do Parque da Sementeira e do Parque dos Cajueiros, apropriam-se destes espaços de modo promocional para elevar o valor de troca dos imóveis, interiorizando ao comprador que o equipamento é elemento constituinte da propriedade adquirida e fazendo com que este estabeleça domínios territoriais – principalmente ideológicos – sobre e nos parques públicos.

Em contraponto aos promotores imobiliários, bem como ao Estado, estão os grupos sociais excluídos, entendidos aqui como os indivíduos advindos de localidades longínquas da cidade de Aracaju com destino aos parques públicos da zona sul (Parque da Sementeira e Parque dos Cajueiros). Os grupos sociais excluídos são compostos majoritariamente por jovens de baixa renda¹⁹ que utilizam o parque de múltiplas formas, atribuindo-lhe diversos (contra-)sentidos. Estes têm seu deslocamento motivado para outros espaços da cidade em decorrência dos seus locais de origem e de moradia serem

¹⁹ Trabalho de Campo, 2016; 2017.



pouco privilegiados com políticas públicas urbanas que incentivem o lazer a partir da instalação de equipamentos, bem como arcando com a manutenção destes já existentes, resultando em estrutura precária e decadente.

Ademais, correspondem a determinados grupos sociais que ao estabelecerem usos distintos daqueles previstos e declarados pela classe dominante – ou seja, a demanda solvável residente das adjacências do parque – tornam-se elementos indesejáveis do espaço, sendo veementes reprimidos por meio de força maior e/ou pelos gestos velados dos residentes que veem, no Parque da Sementeira, mais um território de lazer (semi-privativo) enquanto extensão dos luxuosos condomínios. Todavia, há de se considerar que os grupos sociais excluídos são, igualmente, importantes agentes produtores e consumidores do espaço urbano, uma vez que agregam perspectivas diversas para os espaços dos parques, embora recorrentemente marginalizados pela lógica do capital e seus respectivos agentes.

Deste modo, os grupos sociais excluídos produzem e consomem o espaço urbano capitalista através dos contras-usos. Isto decorre do fato de que apesar dos espaços públicos serem entendidos constitucionalmente como de/para todos os cidadãos, valores sociais dominantes se impõem sobre a forma de uso do espaço urbano, pois uma vez que os mesmos são apropriados, dominados e territorializados; comportamentos, gestos, modelos de construção excluem/incluem; determinando e direcionando os fluxos. A partir disso, inúmeros conflitos e disputas se estabelecem no espaço urbano, transparecendo e perpetuando as relações de poder.

Assim sendo, verificou-se que os parques públicos inseridos em áreas privilegiadas pelo capital privado recebem constantemente assistência do Estado no que concerne a investimentos para manutenção, diferentemente dos espaços públicos das regiões menos valorizadas pelos agentes do jogo



imobiliário, sendo fatídico que existe uma arbitrariedade excludente na produção e organização espacial das cidades para o lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do cenário exposto, faz-se necessário, primordialmente, uma crítica ao planejamento tecnocrático realizado pelo Estado e suas formas de reducionismo dos espaços públicos a meros objetos do mercado, como no caso do Parque da Sementeira mais fortemente – quando comparado ao Parque dos Cajueiros –, em que o equipamento é entendido como mercadoria, servindo, maiormente, à especulação imobiliária e, conseqüentemente, à lógica do capital. Neste sentido, os parques públicos se constituem em peças fundamentais no processo de mercantilização das cidades regidos por uma ordem obscura e perversa, muitas vezes ignorada e travestida como fábula pelos discursos hegemônicos.

Finalmente, em análise comparativa observa-se que as dinâmicas de produção e apropriação dos espaços públicos são distintas, até mesmo em equipamentos que apresentem fins similares e estão alocados na mesma cidade, como é o caso do Parque da Cidade, Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros. Além disso, o fator localização influencia por completo as formas de produção dos espaços públicos de lazer e turismo na contemporaneidade, pois se pôde perceber através da pesquisa realizada que o Parque da Sementeira e o Parque dos Cajueiros – com grande proximidade –, são muito semelhantes em características, com algumas nuances que os distinguem, levando-se em consideração que os processos ocorrem de forma desigual no espaço e no tempo. Todavia, estão em posição completamente antagônica ao Parque da Cidade considerando que este está localizado em uma região



ainda desfavorecida e desprivilegiada pelo capital privado e, por conseguinte, pelos investimentos públicos haja vista que ambos, sob a lógica capitalista neoliberal, são indissociáveis.

Deste modo, constatou-se que os espaços públicos possuem configurações antagônicas e, por vezes, conflituosas, principalmente quando estão localizados em regiões distintas, nas quais as inúmeras contradições que podem existir no urbano ligado (in) diretamente à lógica do capital são evidenciadas atreladas também ao lazer e ao turismo. Assim, nota-se que há a necessidade de se estabelecer ações que visem à melhoria desses espaços não somente visando a arrecadação de divisas por meio da atividade turística, mas, sobretudo, para os residentes, visando estratégias que possibilitem a apropriação por turistas e pelos cidadãos aracaajuanos, tendo em vista a multiplicidade de sentidos que estes espaços representam para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes, que não podem ser negligenciados em detrimento de interesses econômicos sobrepostos à sociabilidade e coletividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do Espaço. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri et. al. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re) produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.



CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **Os parques urbanos e a produção do espaço urbano**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEITE, R. P. **Contra-usos da Cidades: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.



MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista (1848)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

RODRIGUES, Larissa Prado; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. As Dinâmicas de Uso, Não Uso e Contra-Uso dos Parques Públicos da cidade de Aracaju/SE. In: **Anais do XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017a. p. 1-21.

RODRIGUES, Larissa Prado; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. O Parque da Sementeira como Espaço Público de Lazer, Turismo e Direito à Cidade. In: **Anais do Seminário Nacional 10 Anos do Curso de Turismo da UFS**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 112-122.

RODRIGUES, Larissa Prado; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus Santos. Produção e Consumo dos Espaços Públicos de Lazer e Turismo. In: **II Seminário Nacional de Turismo da UFS**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017b. *No prelo*.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Produção e Consumo de Espaços Turísticos: Apropriação de Espaços Públicos de Lazer e Turismo em Aracaju/SE. In: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS Fábio Perdigão (Orgs.). **Turismo, Território e Conflitos Imobiliários**. Fortaleza: Ed. UECE, 2012.



A FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO E AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA(PMCMV) NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU (RMA)

Mário Jorge Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos
Territoriais(LATER), Doutorando PPGeo/UFS
E mail: mariojorge33@gmail.com

Ana Rocha dos Santos
Universidade Federal de Sergipe, Laboratório de Estudos
Territoriais(LATER) Prof. Dr. PPGeo/UFS
E mail: ana.rochaufs@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as contradições da política de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida(PMCMV) na Região metropolitana de Aracaju(RMA) no período de 2009 a 2014. Para tanto buscamos reconstituir as ações deste programa, localizando e espacializando os empreendimentos imobiliários construídos na RMA e analisando como estes reconfiguraram a dinâmica territorial da região. Estes procedimentos metodológicos foram completados com a realização de trabalhos de campo e entrevistas com os moradores destes empreendimentos habitacionais, com o propósito de desvelar as dificuldades encontradas quanto a permanência nestas unidades habitacionais, bem como as formas de acesso ao sistema de produção e financeirização uma vez que este acesso é controlado pelos agentes construtores e financiadores do espaço, tendo como consequência a produção de profundas